

SESSÕES DO PLENÁRIO

27ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 5 de outubro de 2021. Sessão realizada de forma mista (presencial e virtual).

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES

À hora marcada, 15horas, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputados(as): Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angelo Almeida, Antônio Henrique Júnior, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Josafá Marinho, José de Arimateia, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo Lula, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Tiago Correia, Tum, Vitor Bonfim e Zé Raimundo Lula. (57) O Deputado Capitão Alden encontra-se afastado (Resolução nº 2021, de 21/9/2021). O Deputado Tom Araújo encontra-se de licença médica.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Srs. Deputados, não há expediente a ser anunciado, nesta tarde.

Não há manifestação de oradores no Pequeno Expediente.

Grande Expediente. Não há orador.

Antes de passar ao Horário das Representações Partidárias, de passar a palavra ao deputado Hilton, gostaria de dizer aos Srs. Deputados que, por acordo de lideranças, foi feita uma inversão de pauta. Nós tínhamos, inicialmente, o Projeto de Lei nº 24.179/2021, de procedência do Poder Executivo, que (Lê) *“Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2022, e dá outras providências”*, a LDO, e o Projeto de Lei nº 24.286/2021, do deputado Fabrício Falcão, que (Lê) *“Institui a obrigatoriedade do comprovante de vacinação contra a Covid-19, a todos os servidores e agentes públicos do Estado da Bahia”*.

E temos o Projeto de Resolução nº 2.963/2021, da Mesa Diretora, que (Lê) *“Altera a Resolução nº 2.018/2021 na forma que indica*

A Assembleia Legislativa

Resolve:

Art. 1º - O caput do art. 2º da Resolução nº 2.018, de 23 de fevereiro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - O servidor ocupante de cargo de provimento permanente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia que preencha os requisitos e condições exigidas nas Constituições Federal e Estadual para a Aposentadoria Voluntária, por Tempo de Serviço ou de Contribuição, poderá, até o dia 31 de dezembro de 2021, requerer a sua aposentadoria com direito à percepção das seguintes vantagens:

I – incentivo, pago em parcela única, no valor correspondente a 03 (três) vezes a remuneração bruta mensal, limitado ao teto constitucional;

II – férias vencidas e proporcionais;

III – gratificação natalina (13º salário) proporcional.

.....”

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25 de abril de 2021.

Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, 28 de setembro de 2021”; o Ofício nº 1.884/2017; o Ofício nº 1.973/2018 e o Ofício nº 2.085/2019, todos do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia. O primeiro é relativo às contas de 2016, o segundo é relativo às contas de 2017 e o terceiro é relativo às contas de 2018.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Horário das Representações Partidárias.

Para usar da palavra, o deputado Hilton Coelho.

O Sr. HILTON COELHO: Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde demais deputados e deputadas.

Ocupo esta tribuna, Sr. Presidente, para tratar da recente polêmica que se estabeleceu nos últimos dias em relação à acumulação de cargos da atual secretária da Sema e ao mesmo tempo diretora do Inema, a Sr.^a Márcia Telles.

Mas antes disso, antes de falar do entorno dessa polêmica, queremos falar do entorno, que é a política ambiental do governo Rui Costa. Nós temos um exemplo que é muito flagrante, porque muita coisa se esconde neste estado da Bahia, do ponto de vista da visibilidade, mas na cidade de Salvador é difícil fazer isso.

E nós temos aqui o exemplo do chamado BRT da cidade de Salvador, que sacrificou centenas de árvores, algumas delas centenárias, com licenças ambientais que de alguma forma compactuaram com esse crime que chocou a cidade de Salvador e evidenciou que nós estamos numa situação, do ponto de vista ambiental, no estado da Bahia, muito grave. Mas esse não é o único caso que nos chama a atenção. Nós queremos citar também o caso do Condomínio Estrondo, no Oeste baiano, que

conseguiu licença ambiental para fazer um desmatamento de 27 mil hectares, o equivalente a toda a cidade de Recife. Já desmataram 3 mil hectares, ou seja, o equivalente a três mil campos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) de futebol, e permanecem com essa possibilidade, passando por cima da resistência de comunidades tradicionais de fundo e fecho de pasto, enfim, da sociedade civil organizada, das comunidades de agricultura familiar e assim por diante.

Nós poderíamos dar vários exemplos importantes. O exemplo do Porto Sul, que faz uma distribuição...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) um trajeto de destruição que começa em Caetitê e chega até a região que é um verdadeiro santuário ambiental, que é o Sul da Bahia, com a possibilidade de perdermos um patrimônio que é inegociável. Aliás, qualquer patrimônio ambiental é inegociável, mas naquela região, deputado Euclides, é realmente vergonhoso que nós venhamos a abrir mão disso.

E eu poderia citar também Quingoma e a Ilha de Maré, onde populações inteiras têm problemas. Hoje, há inclusive crianças com câncer que chega a derreter os ossos das pessoas. Tudo isso à revelia da condução dos órgãos ambientais.

E eu queria, por último, citar o caso das comunidades quilombolas de Mocó e Bocaina que ficam na cidade de Piatã, visitada por nós – o deputado Jacó, o deputado Marcelino Galo e eu –, pela Frente Parlamentar Ambientalista e pela Comissão de Direitos Humanos. Enfim, eu quero dizer que recebi – o deputado Jacó, inclusive, deve ter recebido também – o vídeo de uma liderança da comunidade, uma mulher, apelando para a possibilidade de nós participarmos de uma campanha para arrecadar fundos para que a mineradora que lá está instalada, uma mineradora que faz uma agressão ambiental, que deixa pó de ferro espalhado pela casa das pessoas, pela vegetação, pela comida que as pessoas ingerem ali, na localidade... Essa mineradora vem enfrentando a nossa comissão. E, no vídeo, a liderança pede que tentemos realizar uma campanha para adquirir um terreno, uma propriedade, porque elas antecipam que, caso a mineradora consiga comprar essa propriedade, nós teremos uma situação em que ela não vai ter barreiras do ponto de vista ambiental.

Então, são situações desse tipo que precisam ser levantadas e que evidenciam que nós estamos passando, de fato, por uma situação de extermínio do futuro na Bahia. Coisa que ficou muito clara nos dados que foram apresentados ontem e que saíram na imprensa, que colocam a Bahia, infelizmente, como o estado campeão em focos de incêndio. O que está acontecendo? Isso é fruto, fundamentalmente, do desmatamento que evita que as precipitações venham e nos torna absolutamente vulneráveis, do ponto de vista ambiental. Bahia: campeã nacional de focos de incêndio.

Tudo isso indica que existe um felino insaciável que está rasgando, com unhas e dentes enormes, os interesses da grande maioria da população. Eu estou falando, sim, do vice-governador João Leão e do seu companheiro Rui Costa. Isso é uma política em que esses são os principais sujeitos na condução e na operacionalização e que,

infelizmente – eu digo infelizmente porque muitos profissionais respeitam a trajetória de Márcia Telles –, tem em Márcia Telles a sua maior operadora.

E eu quero aqui, Sr. Presidente, para concluir, dizer que não se trata de uma contraposição à Sema e ao Inema. Muito pelo contrário. Nós queremos, aqui, evidenciar o quanto os servidores do Inema foram corajosos, através da Ascra, entrando com o mandado de segurança para que a atual secretária deixasse de acumular os cargos de secretária do Meio Ambiente e diretora do Inema porque é algo inconstitucional, ilegal e ilegítimo. Nós não podemos ter um órgão que é executor chefiado por alguém que também chefia o órgão que deve ser fiscalizador. Então, essa situação que já se arrasta por meses, 5 meses, é inconciliável e, a meu ver, é emblemática, em relação aos interesses que estão colocados para que essa situação vá se arrastando.

Então, para concluir, Sr. Presidente, eu quero dizer que essa situação, a nosso ver, não é uma coincidência, não é uma obra do acaso, faz parte da perspectiva de se privilegiar esses interesses nefastos que têm uma contradição direta com a defesa da vida, do meio ambiente, da própria existência da humanidade, das comunidades tradicionais, da agricultura familiar, dos povos indígenas, dos povos quilombolas que são liderados, hoje, principalmente por mulheres que estão na linha de frente em relação a esse absurdo.

Portanto...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Está bom, Hilton.

O Sr. HILTON COELHO: (...) essa situação do acúmulo de cargos, ilegal e eticamente condenável, para nós, deve terminar. E nós devemos usar isso para chamar a atenção da sociedade civil para se posicionar em relação à lamentável situação da política ambiental que é levada à frente no estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Hilton teve o Grande Expediente desta tarde.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do PP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

Não há orador?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, há orador. Vai falar, aqui, o deputado Rosemberg.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não. Com a palavra o deputado Rosemberg pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, imprensa, servidores, servidoras, eu estava ouvindo o deputado Hilton, por quem eu tenho um apreço imenso. Primeiro, dizer, deputado Hilton, que não há incompatibilidade legal alguma no fato de a diretora-geral do Inema assumir a

Secretaria do Meio Ambiente. O Inema é uma instituição ligada à Secretaria do Meio Ambiente. Não há nenhuma incompatibilidade. E, do ponto de vista legal, o Inema não é um órgão, eminentemente, investigador. Ele é um agente que controla as ações no estado, no que diz respeito às questões ambientais, a exemplo dos diversos licenciamentos de empreendimentos no estado da Bahia. Então, não é um órgão, eminentemente, fiscalizador e nós, às vezes, confundimos isso. A secretária Márcia é uma técnica de carreira extremamente qualificada, respeitada no Brasil inteiro pela sua maneira de cuidar do meio ambiente. É natural que essa seja uma questão delicada. Eu fui relator da reforma da lei ambiental nesta Casa e dialoguei com os diversos segmentos, à época, para que nós tivéssemos uma legislação mais moderna. Se alguém tem responsabilidade sobre a legislação ambiental da Bahia, somos nós deputados. Não é a secretária Márcia Telles. Eu fui o relator, ouvi todos os segmentos empresariais e ambientalistas, e fizemos um ajuste na legislação, que permitia constituir empreendimentos, mas dentro de uma visão de preservação do meio ambiente.

Então, não há que se falar, aqui... Se algum servidor do estado estiver descumprindo a legislação, nós teremos de fazer um questionamento, solicitar do estado um processo administrativo. Mas o que o Inema e a Sema fazem é cumprir aquilo que nós deputados aprovamos nesta Casa, deputado Euclides. Nós aprovamos a lei! Somos nós os responsáveis! Somos nós o órgão fiscalizador do estado. Nós teremos de fazer essa fiscalização.

E aí, deputado Hilton, com todo o respeito que eu tenho a V. Ex.^a e ao deputado Marcelino Galo, não consigo encontrar, nas ações da secretária Márcia Telles, nenhuma tortuosidade no cumprimento da legislação ambiental do estado da Bahia. Muito pelo contrário. Há um questionamento do setor empresarial de que ela é muito dura na liberação dos seus licenciamentos.

Eu recebo, aqui, todos os segmentos e quem mais questiona é o segmento empresarial, são as liberações de outorga. As pessoas acham que a outorga para a água tem de ser liberada a toque de caixa e demora, às vezes, 1 ano para fazer essa liberação. E há, por parte do segmento empresarial, questionamentos desse tipo.

Eu sei que é uma tarefa espinhosa estar na Secretaria do Meio Ambiente e também estar na direção do Inema no estado da Bahia. Ainda ontem, eu recebi um questionamento de uma empresa que quer passar um mineroduto pela Bahia, uma empresa chamada SAM. E eu recebi aqui os representantes dessa empresa. Pasmem vocês, eles querem que o licenciamento feito pelo estado de Minas Gerais seja aceito pelo estado da Bahia. E ela, Márcia Telles, categoricamente, rejeitou essa posição porque entende que o licenciamento para o empreendimento no estado da Bahia tem de ser feito pelo órgão baiano, e não pela instituição de outro estado.

Então, da mesma maneira, deputado Hilton, que há um questionamento do segmento ambientalista, há também do segmento empresarial. Eu quero, aqui, fazer a defesa incontestada da técnica, da mulher responsável, extremamente criteriosa, que é Márcia Telles. E nós precisamos de pessoas dessa maneira. É natural que haja questionamento de ambos os lados, mas isso não pode ensejar dúvida com relação à

honestidade, à sinceridade, ao tratamento sob a égide da legislação ambiental que esta Casa aprovou num relatório feito por este humilde deputado, à época.

Então, eu queria prestar esses esclarecimentos e aproveitar, Sr. Presidente, para dizer que eu tenho sido um defensor nesta Casa de que tenhamos uma relação, independentemente de governo ou de oposição, que tenhamos dentro desta Casa parlamentares que pensem na Bahia e que dediquem o seu tempo para cuidar da Bahia, independentemente das nossas diferenças de opinião. E nós não podemos, em hipótese alguma, desconsiderar essas questões aqui.

Eu quero aqui lamentar, porque, essa semana, um colega nosso desta Casa, numa disputa eleitoral na cidade de Firmino Alves, se utilizou de um palanque para insinuar e adjetivar colegas desta Casa. Nós não podemos permitir. A política tem seus limites, as relações não podem ser dessa maneira. Nós temos de respeitar as diferenças de opinião, mas não podemos entrar na pessoalidade, no desrespeito. Porque, no momento que a gente faz isso, a gente traz o desrespeito para a gente mesmo. Lamento, mas lamento esse tipo de postura e de posicionamento que aconteceram numa disputa eleitoral acirrada. Mas a gente não pode permitir que a nossa participação enseje adjetivações, brigas, disputas para além das ideias, porque eu acho que isso é que deve permear no Parlamento e na política, na boa política brasileira.

Eu quero deixar registrado isso aqui, até com o objetivo de ser educativo, porque nós não podemos permitir... Bem, aqui, a gente tem uma relação de colegas. Mas, saiu-se de uma disputa de ideias e passou-se a ser utilizado adjetivos que não condizem com a realidade dos colegas, aqui, nesta Casa.

Depois, não interessa pedir desculpas; depois, não venha pedir desculpas, porque as desculpas não cabem depois de determinadas colocações que se fazem atribuídas a colegas e a outros. Faça no campo pessoal.

Então, eu quero, Paulo, Tiago, dizer algo. Vão se aproximar as eleições. Nós precisamos cultivar o bom debate respeitoso. Quer a gente ganhando ou perdendo, depois, a gente possa sentar nessas cadeiras e se encontrar como pessoas que pensam diferente, mas que se respeitam no trabalho diário do Parlamento. Eu acho que é isso que engrandece homens e mulheres nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou ao líder do Bloco Parlamentar PSDB/Republicanos para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Soldado Prisco: Irão falar Paulo Câmara por 5 minutos, Sr. Presidente, depois, o deputado Soldado Prisco.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não. Para iniciar, com a palavra o deputado Paulo Câmara.

O Sr. PAULO CÂMARA: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, amigos presentes nas galerias, amigos que nos ouvem através da *TV ALBA*, eu fiz, ontem, uma audiência pública para tratar dos impactos da reforma administrativa no âmbito dos servidores estaduais. Confesso, Rosemberg, que, até então, nunca tinha tratado desse assunto, até porque foram, sempre, os partidos de esquerda que lideraram esse movimento.

E, no que diz respeito aos servidores estaduais desta Casa, são quase 6 anos sem, sequer, um reajuste salarial. E a gente vê, às vezes, um silêncio até ensurdecedor por parte dessa causa.

Mas o que me chamou atenção, Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, é que o STF, numa decisão proferida pelo ministro Fachin, ele disse claramente: o Poder Executivo deve se pronunciar, fundamentalmente, a respeito da impossibilidade de reposição da remuneração recebida pelos servidores públicos, em dado ano, quando é enviada à Casa Legislativa a Lei Orçamentária.

E, deputado Euclides, por 6 anos consecutivos, o governo do estado não apresenta nenhuma justificativa, o porquê, descumprindo até a Constituição Federal. E, pasme, deputado Euclides, não é por falta de recursos. Só para você ter ideia, a receita corrente líquida deste ano aumentou quase ao patamar de R\$ 43 bilhões. Esse aumento, Hilton, é de quase 9%. Isso vai impactar na redução do índice de comprometimento de pessoal de 40,2% para 37%. Isso são números que estão publicados na Secretaria da Fazenda.

Então, não há por que o governador Rui Costa não tratar desse assunto, salvo se for decisão do Executivo estadual não querer dar, mais uma vez, o aumento nos vencimentos e salários dos servidores. É legítima a decisão dele. Mas é obrigação do governador encaminhar, na Lei Orçamentária, a sua justificativa. E, mais essa vez, esta Casa não poderá passar recibo, e deverá, sim, pedir explicação ao governador: por que ele não quer assim o fazer. É assim que manda boas práticas, é assim que determina a Constituição.

Ademais, Sr. Presidente, de não querer aumentar os salários dos servidores, sobra quase R\$ 840 milhões para propaganda, deputado Euclides, aquela propaganda do *outdoor*, a propaganda da rádio, da TV. São R\$ 840 milhões. São dados que constam na Secretaria da Fazenda.

Então, é inadmissível que esta Casa vote, mais uma vez, a Lei Orçamentária, e que o governador não atenda à sua obrigação constitucional.

Há o segundo ponto que eu queria tratar, Sr. Presidente. Estive em visita recente ao município de Ilhéus; lá, através da Associação dos Moradores do Bairro do São Miguel, conhecido também por São Domingos, Dona Saionara, pude ver o descaso local naquela ligação entre a parte norte de Ilhéus, para quem vai a Itacaré. Praticamente, a maré está derrubando e acabando com a vida das pessoas.

Nenhuma autoridade pública, seja municipal, seja estadual, vem debater esse problema, que não é de fácil solução, deputado Arimateia, pois é de uma solução

complexa, que envolve dragagem de canal, envolve a construção de barragens, enfim. Mas o silêncio das autoridades locais é que entristece todos nós.

Nós estamos vendo familiares, vilas, pousadas, empreendimentos comerciais e, praticamente, já no mar. Digo a vocês que, daqui a 1 ou 2 anos, vai ligar o mar com o rio. Aí, a ligação para Itacaré se acaba de vez, e o município vai por água abaixo.

Então, a atenção que eu peço a esta Casa é para que a gente possa debater e discutir esse assunto tão importante e que não é de fácil solução. Mas não podem o governo do estado da Bahia e as autoridades municipais silenciar um assunto tão importante dessa natureza.

Eram essas as minhas considerações, Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Soldado Prisco por 5 minutos.

O Sr. SOLDADO PRISCO: Saúdo o Sr. Presidente e demais membros desta Casa, meu amigo deputado Euclides, dono de Jequié, homem que praticamente manda em tudo lá naquela cidade.

Meu presidente, veja como está a segurança pública na Bahia. Neste final de semana, recebi mensagens dos alunos a soldados, soldados novos que vão formar agora, que o estado, através do comandante-geral da PM, não vai fornecer o fardamento, que é obrigação do estado, nobre deputado, para que os policiais vão trabalhar, e simplesmente determinou que eles comprem o fardamento.

Vejam o absurdo e o descaso que o governo do estado está com a segurança pública! Isso é uma vergonha para toda a Bahia! É importante que a população da Bahia veja como está. Para trabalhar para o estado, um aluno a soldado, que está formando agora, que recebe uma bolsa, que é um salário mínimo, está sendo obrigado a comprar o seu fardamento.

Por isso, a violência na Bahia está deste jeito. Governador e comandante-geral, a nossa associação, a Aspra, através deste deputado, já mandou fazer três licitações. Se assim o comando da PM e o governo do estado não comprarem o fardamento, nós vamos comprar o fardamento para colocar os policiais para trabalhar na rua, em prol do povo da Bahia, porque isso é uma vergonha, isso é um vexame.

Para você ver, nem o fardamento, o estado está querendo pagar para os policiais. E, aí, diz que foi um erro de licitação, obrigando, utilizando a repressão. Aliás, é uma prática deste atual comandante-geral utilizar a repressão em vez do diálogo.

Desde a morte soldado Wesley, o assassinato que aconteceu na Barra, vários suicídios aconteceram na corporação, vários desrespeitos estão acontecendo por esse comandante por toda a tropa. O desestímulo é total de todos os policiais para trabalhar.

Tivemos a morte de mais um policial no dia de ontem. Outro policial está sequestrado desde sábado. E não vemos nenhuma fala do comandante-geral, nada na

mídia, nada na imprensa. Outro policial surtou na cidade de Feira de Santana, e ficou nu, tirou a roupa e andou no pela rua, disparando arma de fogo para cima. Vejam a que ponto está a nossa corporação! Qual o estímulo esses policiais vão ter para trabalhar?!

A LDO, Lei de Diretrizes Orçamentárias, chega para o ano que vem, e já não tem reajuste! Já se vão 7 anos que este governo vem tratando a segurança pública assim. O secretário mostra tamanha incompetência na área da segurança pública! Saia do caixote de vidro, secretário, vá para as ruas! Veja que os policiais militares estão sofrendo. As delegacias da Polícia Civil, também, sem nenhuma condição de trabalhar, um efetivo mínimo.

Este é o modelo de segurança pública que este governo está, pois não está nem um pouco preocupado com o povo da Bahia. A cada dia, mais as pessoas estão morrendo! E, aí, os heróis, no dia a dia, combatendo a criminalidade, não têm apoio nenhum, nenhuma condição de trabalho dada por este governo.

Por isso, a gente pede a todos os policiais: pensem nas suas famílias, recuar jamais, se acovardar jamais, mas trabalhe, sim, no art. nº 44, como prevê a Constituição Federal, para se preservar, para se cuidar, porque este governo não está nem um pouco preocupado! Tem família gritando pelo sequestro de um policial! Nem o comandante-geral, nem o governador, nem o secretário nada falam.

Mas nós não vamos baixar a nossa cabeça por causa de perseguição deste governo. Servimos a um rei da tribo de Judá, há 21 anos convertido na fé, e não baixarei a minha cabeça para governo algum.

Vamos continuar a nossa luta! Nós vamos comprar o fardamento e doar para os policiais.

E que Deus nos abençoe.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do Bloco Parlamentar PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, pela metade do tempo, falará o deputado Jacó, e, pela outra metade do tempo, a deputada Olívia Santana.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para iniciar, por 5 minutos, com a palavra o deputado Jacó.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Sr. Presidente, colegas deputados, pessoal da imprensa, da *TV ALBA*, pessoal de apoio, do cafezinho, aquele abraço. Boa tarde para todo mundo.

Sr. Presidente, eu gostaria de iniciar a minha fala com um sentimento de repúdio. Um conjunto de médicos fascistas e negacionistas está dirigindo o Conselho Federal de Medicina deste país. É impressionante o que esses senhores e senhoras estão fazendo neste país.

Vejam a omissão, o incentivo à morte, o negacionismo da ciência! Aonde nós chegamos neste país, minha gente? Médicos formados, bem formados, que simplesmente negam a ciência. E o mais grave: apoiaram experimentos, à revelia da ciência, com seres humanos, causando morte desses, e eles se omitiram.

É inaceitável o que está acontecendo neste país! Os conselhos estão tomados. O Conselho Federal de Medicina deste país é uma vergonha, é uma fraude. Esses senhores e essas senhoras teriam que ir para a cadeia, porque lugar de criminoso e irresponsável é na cadeia. E nós temos que denunciar!

E é importante que os meios de comunicação se posicionem, não calem a boca, porque o que está acontecendo neste país, o que aconteceu em São Paulo é extremamente grave. E a omissão desse conselho, desses médicos que comandam esse conselho, é criminosa.

Portanto, fica o nosso repúdio, Sr. Presidente.

Gostaria, também, de anunciar para a Bahia que, ontem, eu estive no município de João Dourado, que vai ter eleição suplementar. Nós estivemos lá, ontem, na convenção do companheiro Juninho, que vai ser o candidato a prefeito do 55; e o companheiro João Romão, do 13, que vai ser o seu vice. Uma convenção importante, com o entusiasmo do povo daquela terra.

E, em João Dourado, a disputa que se estabelece ali são de dois projetos políticos. De um lado, há o projeto liderado pelo governador Jaques Wagner, pelo governador Rui Costa, pelo presidente Lula, pelos senadores Otto Alencar e Angelo Coronel. Do outro lado, estão os negacionistas, os fascistas, aqueles que odeiam o povo brasileiro, que colocaram o nosso país na fome, na miséria, responsáveis por 600 mil mortes e que deixaram este país com um quilo de carne custando mais de R\$ 40; uma lata de óleo custando quase R\$ 10; e a pobreza e o desalento tomando conta deste país. É esta a disputa que está estabelecida em João Dourado.

E o povo de João Dourado tem a oportunidade de definir o futuro daquele município. E eu não tenho dúvida de que o time de Lula vai sair vitorioso das urnas, porque o povo reconhece que Lula foi o grande responsável pela mudança que melhorou a vida do nosso povo.

Sr. Presidente, queria, também, saudar o prefeito de Belmonte, o prefeito Bebeto. Ele é um homem trabalhador, que derrotou uma força do atraso ali naquele município de Belmonte; que está fazendo um trabalho extraordinário, resgatando a gestão daquele município. Um município que se encontrava abandonado. E ele está cuidando do seu povo, correndo atrás.

E ontem ele esteve em Salvador com o secretário de Relações Institucionais, o companheiro Luiz Caetano. Eu quero agradecer pelo atendimento e pela condição que ele deu ao prefeito, ao nosso governador, agradecer a José Trindade, o presidente da Conder, porque os pleitos, apresentados pelo prefeito Bebeto, são atendidos.

Quero, também, dizer, Sr. Presidente, que recebi, melhor, visitei, há alguns dias, os índios do povo Truká-Tupan, no município de Paulo Afonso, onde eles apresentaram várias demandas relacionadas à dimensão da produção, relacionadas à dimensão do

abastecimento de água. E, hoje, eles estão aqui, estão na CAR, neste momento, em reunião com o presidente da CAR apresentando seus pleitos.

Eu quero chamar a atenção para o povo da Bahia. Os nossos índios precisam de cuidados.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Não é possível que os índios da Bahia fiquem sem terra...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: (...) fiquem água, fiquem sem saúde. É uma situação dramática. Nós precisamos denunciar o descaso da Funai, porque a Funai era para cuidar dos indígenas. Mas, hoje, a Funai é responsável por perseguir os indígenas da Bahia e do Brasil. Fica o nosso repúdio, Sr. Presidente.

Agradeço a oportunidade.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem do deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, a deputada Olívia vai abrir mão da fala. Por acordo, nós estamos trabalhando no sentido de... Os deputados me informaram com relação à alteração da pauta. Um deles, a pedido de V. Ex.^a, é um dispositivo da Mesa Diretora da Casa, e o projeto de origem do Ministério Público. Depois, nós iríamos para a Ordem do Dia, que seria a LDO.

Há um entendimento já pactuado que eles iriam solicitar vista, porque querem estudar melhor o projeto. Nós fizemos uma combinação que encerraríamos aqui, e iríamos para a Ordem do Dia, e votaríamos esses projetos por acordo. E, logo depois, obviamente, nós iríamos para a LDO. Eles pediriam vista e a sessão encerraria.

O Sr. Tiago Correia: Eu vou falar...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Ainda vai falar? Não, é porque eu tive...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O pessoal da Oposição ainda vai usar algum tempo?

O Sr. Tiago Correia: Vamos, sim, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O tempo do DEM/MDB, 11 minutos, falará o deputado Tiago Correia?

O Sr. Tiago Correia: Falarei por 5 minutos; o deputado Paulo Câmara falará por 5 minutos, no tempo Patriota/PSL/PSC; e, no tempo do DEM/MDB, falará o deputado Arimateia por 11 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Quem vai iniciar?

O Sr. Tiago Correia: Eu inicio, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Então, nós vamos usar o nosso tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Tiago Correia pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. TIAGO CORREIA: Boa tarde, Sr. Presidente, nobres colegas, servidores que nos acompanham a mais uma sessão nesta Casa e a quem, a todo momento, faço questão de destacar e, ao mesmo tempo, agradecer a dedicação em fazer com que esta Casa continue funcionando, Sr. Presidente, mesmo durante a pandemia.

Mas, Sr. Presidente, o que me traz hoje a esta tribuna, primeiro, é para saudar a todos os jovens empreendedores do estado da Bahia. Hoje é comemorado o Dia Estadual do Jovem Empreendedor, Lei nº 14.344, de nossa autoria, reconhecendo a importância do empreendedorismo e reconhecendo a importância do jovem empreendedor para a nossa sociedade.

Basta dizer que, em 2020, em plena pandemia, foram criadas mais de 655 mil microempresas individuais, Sr. Presidente. Desse número, mais de 52% foram criadas por jovens de até 39 anos.

Então, é com muita alegria que eu venho parabenizá-los na pessoa da presidente da Confederação Nacional de Jovens Empresários, a baiana Maria Brasil, e na pessoa do presidente da AJE, Associação de Jovens Empreendedores da Bahia, Leonardo Miranda, associação essa que eu tive a honra de fazer parte da sua fundação, há mais de 10 anos, no estado da Bahia.

Deputado Paulo Câmara, queria também parabenizar o município de Itamaraju pela passagem dos seus 60 anos de emancipação política. Itamaraju é uma cidade de riqueza natural belíssima, maior rebanho bovino do estado da Bahia, um dos maiores produtores de café conilon do nosso estado. Município de pecuária e agricultura pujantes.

Queria aqui transmitir os nossos parabéns a toda a população, que sempre nos recebe com muito carinho, e ao prefeito Marcelo Angênic, que tem transformado aquela cidade, construindo uma Itamaraju melhor não só para os seus munícipes, mas também para todos os baianos. Parabéns, Itamaraju!

Sr. Presidente, vi agora há pouco o colega Paulo Câmara dizer que, em audiência pública convocada por ele, ontem, foi informado pelos servidores do estado da Bahia que há mais de 6 anos eles não recebem aumento. Não é isso, deputado Paulo Câmara? E vi recentemente o governador Rui Costa dizer que não poderia reduzir o ICMS dos combustíveis porque ele tinha os servidores públicos para pagar. Ora, deputado Paulo Câmara, ele arrecadava R\$ 1,15 por litro de combustível 1 ano atrás; arrecada hoje R\$1,70, ou seja, um incremento de R\$ 0,55 por litro. Ele aumenta a arrecadação, diz que tem de pagar salários dos servidores, e estes estão há 6 anos sem aumento. Uma incongruência, Sr. Presidente.

Nós já vemos diversos estados sinalizando o congelamento ou a redução do ICMS. E aí eu venho fortalecer, mais uma vez, o nosso projeto de indicação, que não quer subtrair 1 centavo sequer da arrecadação, deputado Paulo Câmara, que o governo teve no ano passado. Ele mantém a arrecadação. Tem muita gordura, R\$ 0,55 por litro, Sr. Presidente. Ele pode abaixar R\$ 0,50, R\$ 0,40, R\$ 0,30, quando bem lhe convier,

mantendo ainda um acréscimo na arrecadação. Então esse é um projeto capaz de ser colocado em prática.

Fui até criticado por não encaminhar projetos também ao governo federal. E eu queria dizer que em julho encaminhei um projeto ao presidente da República e ao presidente da Petrobras sugerindo a criação de um programa social para a redução do preço do gás de cozinha para o público vulnerável. E queria dizer que, muito feliz, trago a informação, Sr. Presidente, de que já foi aprovado na Câmara dos Deputados o projeto de auxílio Gás Social, propondo a redução de 50% do preço do botijão de gás para as famílias vulneráveis. Ao mesmo tempo que a Petrobras já anunciou recursos de R\$ 300 milhões buscando ampliar parcerias, justamente, para financiar e proporcionar esse auxílio a essas famílias em vulnerabilidade.

Então a gente fica muito feliz quando os projetos de indicação produzem frutos. E esse projeto de indicação de redução do ICMS, com certeza, irá sensibilizar o governador e lhe mostrará que o custo elevado do combustível, independente de quem seja a culpa, penaliza principalmente o mais pobre. É o pobre que tem de pagar um transporte mais caro; que tem de pagar um alimento mais caro, porque é transportado por automóveis. E os serviços também são mais caros, tendo em vista que todos os prestadores de serviços se locomovem por veículos, Sr. Presidente.

Então o combustível é um produto que impacta diretamente na inflação, e assim tem reduzido o poder de compra, principalmente, dos mais pobres.

Conto com a sensibilidade do governador do estado para que possa acatar esse projeto de indicação e produzir os efeitos que esperamos em nossa sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pelo tempo restante, com a palavra o deputado Paulo Câmara.

O Sr. PAULO CÂMARA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, subo hoje a esta tribuna, mais uma vez, para parabenizar a grande festa que aconteceu em João Dourado no último domingo, com a chapa da vitória composta por Di Cardoso e Kel do Riacho, deputado Jacó.

Certamente, será a continuidade do projeto do ex-prefeito Dr. Celso, que Deus o tenha, e de D. Rita, ex-vereadora presente naquela casa. Temos a certeza de que o município de João Dourado não pode se afastar da continuidade administrativa, da seriedade, da prosperidade e dos trabalhos que estão sendo executados em todos os quatro cantos daquela cidade.

E não adianta intimidar aquele grupo político, não adianta querer inventar coisas. A população já decidiu, minha gente. E quando a população decide, não adianta vir de cima para baixo que não resolve, deputado José de Arimateia – V. Ex.^a tem experiência na vida pública e conhece tudo isso muito bem –, ameaçando, ligando, fazendo

chantagem. Ora, que bobagem! Se ganha na urna, se ganha com voto. Assim é a democracia.

E a chapa Di Cardoso e Kel do Riacho, de João Dourado, é a chapa que aquela cidade precisa, quer e já decidiu pela continuidade. Não tenho a menor dúvida disso. Já ganhou, no ano passado, e ganhará a segunda vez. Essa é a fórmula do sucesso, deputado e Tiago Correia. Mas acontece que as pessoas acham que, com telefonemas, com pressão, vão desfazer, vão intimidar. Não adianta. Não adianta! Quando se quer, se resolve é com trabalho. E domingo agora, com a convenção, foi dito isso. Di Cardoso e Kel do Riacho, não tenho a menor dúvida, farão mais uma vez a diferença e darão continuidade ao projeto exitoso do ex-prefeito Dr. Celso, que o Deus o tenha num bom lugar.

Eram essas as minhas considerações, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Vai falar por todo o tempo o deputado Alex Lima.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Alex Lima.

Cadê o deputado Alex? Ah, o deputado Alex está participando da sessão através do Zoom.

Pois não, deputado Alex.

O Sr. ALEX LIMA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, funcionários desta Casa, os quais parabenizo, na sua pessoa, presidente, pelo esforço conjunto de estarmos realizando sessões em época de pandemia. Também cumprimento os nossos telespectadores da *TV Assembleia*, os deputados presentes ao Plenário e os que estão acompanhando os trabalhos, assim como eu, remotamente.

Mas, Sr. Presidente, realmente prestei muita atenção aos pronunciamentos feitos hoje pelos deputados Paulo Câmara e Tiago Correia, dois grandes amigos que eu tenho nesta Casa, dois grandes deputados, deputados preparados. Mas eu estava me recordando, Sr. Presidente, que os dois eram vereadores da cidade de Salvador quando foi votado o maior aumento de IPTU da história da nossa capital, o que inviabilizou milhares de empreendimentos, o que praticamente expurgou a construção imobiliária na nossa capital.

Então, é engraçado porque, agora, parece que os deputados esqueceram de quando eram legisladores municipais e fizeram aquele absurdo, que foi esse aumento do IPTU – se não me engano, o meu colega Paulo Câmara era o presidente da Câmara naquela época –, quando votaram esse aumento abusivo, esse aumento que foi um retrocesso na história de Salvador. Foi muito bem falado por todos os especialistas, por tributaristas, o tanto que a população sofreu.

Hoje é muito fácil falar que o governador Rui Costa pode abrir mão da receita vinda do ICMS. Os deputados Paulo Câmara e Tiago Correia só esquecem de falar sobre o nosso pacto federativo, no qual a arrecadação com o ICMS é uma das poucas fontes arrecadatórias que o governo do estado pode ter.

O bolo tributário é concentrado todo em Brasília, Sr.^{as} e Srs. Deputados, e o deputado Paulo Câmara sabe muito bem disso, o deputado Tiago Correia também sabe muito bem disso. Agora, o que está incomodando, na verdade, é que nós estamos na véspera do período eleitoral e, desde o primeiro ano do governo Rui Costa, a Bahia é o segundo estado do Brasil em investimentos com recursos próprios. Só perde para o estado de São Paulo, que tem a maior arrecadação, ficando atrás apenas do que é arrecadado por todo o nosso país.

Portanto, a Bahia praticamente é líder em investimentos, e esses investimentos estão sendo bem realizados em policlínicas, em novas escolas, em equipamentos para a segurança pública, enfim, em diversas obras que podem ser vistas em toda a Bahia.

E quero dizer também, Sr. Presidente, aos deputados Paulo Câmara e Tiago Correia e aos demais deputados que compõem a Oposição na Casa, pelos quais tenho o maior respeito, que é importante, quando subirem à tribuna, eles relatarem à população baiana o lado político que eles representam. O deputado Paulo Câmara é um brilhante parlamentar, mas ele fazia parte do gabinete pessoal, praticamente, do ex-presidente Michel Temer, que tanto mal fez à Bahia, que tanta perseguição fez à Bahia, por isso tinha reprovação de mais de 80% dos baianos.

O partido do deputado Tiago Correia, o PSDB, apoia esse desgoverno que é o governo Jair Bolsonaro. Vocês apoiam! Não adianta, Excelência, fazer projeto de indicação pedindo para baixar o gás de cozinha, já que a política de preço praticada pelo atual presidente da Petrobras é para enriquecer ainda mais os acionistas e botar para quebrar nas costas do povo trabalhador do nosso país.

Essa é a realidade. Vocês representam um projeto político que deu as costas, sobretudo, às pessoas mais carentes do nosso estado. Vocês representam um projeto político que tem feito muito mal à Bahia e aos nordestinos. Vocês representam um projeto político que aparece agora com novos nomes, novas siglas, mas que quer dizer a mesma coisa. Vocês são contra a política de cotas. Vocês são contra os avanços sociais. Vocês são contra as minorias na educação superior. Nessa área, a Bahia, que tinha somente uma universidade, agora tem oito universidades; a Bahia tinha poucos cursos técnicos, agora tem uma imensidão desses cursos.

Vocês são contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Vocês fizeram coro e forçaram a barra para pedir o afastamento de uma presidente eleita pelo voto direto, como a presidente Dilma Rousseff. Vocês participaram do governo do presidente Michel Temer. Vocês participaram e participam do governo Jair Bolsonaro. Se dependesse de vocês, o presidente Lula nunca teria sido absolvido das injustiças que foram cometidas pela Justiça do Paraná.

Então, essa é a realidade que o povo da Bahia precisa saber. Em 2022, isso precisa estar muito claro, porque todo mundo precisa saber de qual lado nós estamos.

Sabe o que acontece, presidente? Quando essa turma chega ao interior da Bahia, o povo mais simples pergunta: “Vocês são do time de quem?” Eles ficam com vergonha de dizer que são do time de Bolsonaro. Eles ficam com vergonha! E a população diz: “Eu só vou votar em quem for do time de Lula”. Aí essa turma entra em desespero, Sr. Presidente.

É esse desespero que tem levado a tanta desinformação. É esse desespero que tem levado às tentativas de se inviabilizar um governo que tem feito tanto pela Bahia. O deputado Tiago Correia sabe que o governador Rui Costa não pode abrir mão do ICMS. Sabe também que o prefeito Bruno Reis não pode abrir mão de nenhuma das suas receitas, assim como nenhum prefeito das cidades que ele representa. Neste momento de crise, as despesas são assustadoras e a receita não cresce na mesma velocidade, Sr. Presidente.

Portanto, eu queria na tarde de hoje, com muito respeito, com muita consideração que tenho pelos dois deputados, deixar aqui a nossa opinião, o nosso posicionamento, para que a gente faça esse debate, Sr. Presidente. Um debate respeitoso. Eu não estou aqui desmerecendo a atuação de nenhum dos dois deputados, que, repito, são brilhantes parlamentares que conhecem muito do Regimento da Casa, que conhecem muito as políticas públicas. Mas, infelizmente, eles representam um projeto político que só tem feito mal à Bahia, aos baianos, aos nordestinos e ao povo brasileiro.

Era isso, Sr. Presidente. Muito boa tarde.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT para falar ou indicar o orador pelo tempo de...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, é bom haver uma inversão para não gastar mais tempo. A gente dispensa esse daí, passa para eles e depois vai ao outro...

O Sr. Soldado Prisco: Sr. Presidente, Tiago falará por 5 minutos. Em seguida, Arimateia usará a tribuna por 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): No tempo do DEM/MDB, falarão os deputados Tiago e Arimateia, respectivamente, por 5 e 6 minutos. É isso?

O Sr. Soldado Prisco: Isso, presidente.

O Sr. Paulo Câmara: Sr. Presidente, depois da fala do deputado, se sobrar tempo, como eu fui citado, só para dar a resposta...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Paulo, deputado Rosemberg, tenho aqui uma comunicação inadiável. Estou na linha, com muito prazer, com o nosso colega deputado Tom, que está ligando para a gente lá de São Paulo...

O Sr. Paulo Câmara: Manda um abraço para essa grande figura aí.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Tom, todo mundo mandando um abraço para você.

O Sr. Soldado Prisco: Glória a Deus pelo nosso deputado Tom. (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, o deputado Tom passou por um momento difícil, então a gente abriu esse precedente de suspender, meio informalmente, o pronunciamento do Tiago para ouvir o nosso colega deputado Tom. Como todos sabem, ele passou por uma cirurgia complicadíssima, mas acabou de pedir que transmitisse a todos os colegas que, graças a Deus, fez a tomografia e está tudo bem. Dentro de pouco tempo, se Deus quiser, ele estará aqui conosco, no nosso convívio.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Tiago Correia.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, cederia até todo o nosso tempo se fosse para ouvir o colega Tom. E aqui, em nome de todos os parlamentares e servidores, queria transmitir o nosso abraço e as nossas alegrias pelas notícias encaminhadas.

Mas, Sr. Presidente, retorno a esta tribuna após a provocação feita pelo colega deputado Alex Lima, por quem eu tenho o maior apreço e com quem tenho um convívio muito anterior a esta Casa, desde a época em que éramos do PTN, e ele ainda era do lado de cá. Depois ele e o PTN acabaram indo para o lado de lá, e eu permaneci do mesmo lado em que sempre estive desde o início da minha carreira pública.

Mas não poderia deixar de destacar alguns pontos que foram trazidos pelo colega. Por exemplo, ele rememora a votação, na Câmara Municipal, do IPTU daqui de Salvador. Sim, eu e o deputado Paulo Câmara votamos àquela época, como também votamos nesta Casa o projeto da Previdência encaminhado pelo governador do estado. E assim procedemos porque entendíamos que eram projetos necessários que reparavam, naquele momento, medidas que eram consideradas ineficazes.

No caso do IPTU – o deputado não estava na Casa –, não houve aumento, deputado Alex Lima. O que houve foi uma correção na planta genérica de valores; a porcentagem cobrada pelo IPTU continua a mesma. Mas, na verdade, o que acontecia era que muitas pessoas – a maioria – tinham imóveis que não condiziam com o valor declarado, pelo qual era calculado o IPTU. Muitas vezes, um apartamento valia R\$ 600 mil, mas o IPTU era calculado sobre o valor de R\$ 200 mil.

E eu pergunto se é essa a justiça que o deputado Alex Lima quer que seja feita não só em Salvador, mas em todo Brasil? E devo lembrá-lo que, àquela época, foi aprovada também a isenção de mais de 250 mil unidades de até determinado valor. Ou seja, os imóveis mais baratos tinham isenção completa do IPTU. Isso é justiça social, cobrando de quem pode pagar e aliviando de quem não pode, Sr. Presidente.

Mais de 1 milhão de pessoas foram isentas do IPTU, as mais carentes, naquele momento.

Ele vem falar que participamos, deputado Paulo Câmara, do governo Michel Temer. Ora, Michel Temer foi o vice-presidente da candidata dele. Quem elegeu e fez campanha para Michel Temer foram os partidos de esquerda, Sr. Presidente, ou será que estou enganado?

Ele vem falar da política de preços da Petrobras, que é do atual presidente. Estude um pouquinho, deputado Alex. A política nacional de preços da Petrobras vem desde 2016, quando a presidente era Dilma. E, depois, assumiu o presidente Michel Temer. Sequer, eu vi algum deputado de esquerda ou de direita vir falar de política de preço, desde 2016, nós estamos em 2021.

Então, o deputado Alex Lima precisa estudar. Aí, vem falar de outros assuntos. Eu prefiro debater com o colega quando estiver pessoalmente e quando ele estiver presente. Entendo o momento que ele está passando, Sr. Presidente, mas não podemos aqui jogar “cartas aos ventos”. Nós fizemos o projeto de indicação, como eu falei, deputado Alex, ao governo federal e, se Deus quiser, tudo indica, o gás GLP, o gás de cozinha, para as famílias mais carentes, vai ficar 50% mais barato.

É assim que se trabalha: buscando e orientando os governantes, como venho tentando orientar o governador Rui Costa, que é possível... Eu não quero aqui, e quero corrigir também, que ele reduza a arrecadação, deputado Alex. Ele mantenha a arrecadação do ano passado. Ele apenas alivie o bolso, principalmente, do mais pobre que tem pagado caro não só por combustível, mas por todos os alimentos, serviços e produtos – por causa do impacto do preço da gasolina sobre todos eles –, pesando muito forte sobre a inflação.

Então, Sr. Presidente, é isso que eu trago. Mais uma vez, muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Paulo Câmara, desculpa, deputado José de Arimateia, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, Sr.^a e Srs. Deputados, eu venho a esta tribuna, nesta tarde, primeiro, para tratar de dois assuntos: amanhã, eu viajarei a Brasília onde teremos uma audiência com o ministro Rogério Marinho, do MDR. Essa audiência é exatamente para tratarmos da situação do canal do sertão, da transposição do rio São Francisco.

Nós já tivemos duas audiências públicas: uma lá em Várzea da Roça; outra, semana passada, aqui, na UPB – com apoio da própria UPB também –, onde estiveram presentes vários prefeitos, vereadores. E, amanhã, nós chegaremos ao ministro Rogério Marinho para que ele possa, realmente, dar essa boa notícia de quando será o início dessa grande obra que vai beneficiar 44 municípios da Bahia, que correspondem a mais de 1 milhão de habitantes.

Sr. Presidente, essa obra já vem há 13 anos e não saía do papel, vários estados do Nordeste como Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará, já recebem a água do rio São Francisco na transposição do canal. Agora, como é que a Bahia fica de fora até hoje? Tudo isso por falta da habilidade política, por falta da questão da união dos deputados estaduais, federais. E, agora, com a sensibilidade deste ministro que também é nordestino, lá do Rio Grande Norte, o ministro Rogério Marinho.

Então, gostaria de dizer para os Srs. Deputados que eu mandei o convite para toda esta Casa. Os 62 deputados receberam o convite, independente de quem era da

Comissão de Meio Ambiente e de quem não era. Mande também para os deputados federais, mandei para os senadores que representam a Bahia, os três senadores. E esperamos, Sr. Presidente, que amanhã nós possamos estar, como neste exato momento, 17 horas, 16 horas, a audiência será às 17 horas, estaremos sentando à mesa e recebendo do ministro a confirmação de que o Canal do Sertão Baiano agora vai sair do papel. Esse era o primeiro assunto e, com certeza, estarei transmitindo ao vivo de lá, depois que nós tivermos essa boa notícia.

O outro assunto, Sr. Presidente, é que nós estamos na primeira semana do mês de outubro, esta Casa aprovou um projeto de lei, já é lei desde 2016, que é a Semana de Conscientização e Proteção dos Direitos dos Animais. Sabemos que o dia 4 de outubro é o dia mundial, quando se comemora o Dia Mundial dos Animais, mas nós sabemos, Sr. Presidente, que se não fosse o trabalho das ONGs, das associações protetoras de animais nós teríamos sérios problemas, porque o número de animais abandonados no estado da Bahia passa de mais de 150 mil animais. Isso mostra, Sr. Presidente, que o poder público, os prefeitos, o governador, não têm tido políticas de conscientização. Inclusive, esta lei que foi aprovada nesta Casa, de minha autoria, ela diz que o governo do estado, dentro das suas publicações institucionais, das suas divulgações institucionais, é obrigado, a lei diz que o governo tem que falar que existe a Lei de Conscientização e Proteção de Direitos dos Animais. E começa a fazer nas escolas a divulgação dizendo que o maltrato aos animais é crime, dizendo que não se abandone os animais.

Por isso, Sr. Presidente, eu venho aqui... Hoje mesmo eu estive em Feira de Santana, nas ruas de Feira de Santana, levando um folheto para a comunidade. Daqui a pouco eu vou estar ali perto do Shopping da Bahia, levando também essa conscientização a todas as pessoas que chegam ali naquele shopping, como também àqueles que estão no ponto de ônibus para que possam fazer o seu trabalho, independente do poder público.

O cidadão comum tem que ter consciência de que, na hora que for adotar um animal, ele tem que ter responsabilidade com as obrigações que são necessárias, como alimentação do animal, a vacina, a castração e também dar remédio vermífugo.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Então, Sr. Presidente, isso o poder público não tem feito. Por isso que nós precisamos, sim, dar uma atenção a essa lei, que é de suma importância para tirar os animais das ruas, porque cuidar dos animais é cuidar da saúde pública.

Era isso que eu gostaria de deixar registrado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Paulo Câmara: Sr. Presidente, só o tempo, eu fui citado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

Deputado Paulo Câmara com a palavra.

O Sr. PAULO CÂMARA: Presidente, de maneira muito rápida. Eu fico imaginando o apreço que tenho aqui pelo meu amigo deputado Alex. Ele não sendo candidato veja a defesa emocional que ele faz do governador, imagine ele sendo candidato, deputado Tiago Correia, ninguém ia segurar esse homem. Eu o considero aqui um dos servidores mais leais do governador Rui Costa, porque, sem ser candidato, ele toma uma defesa e traz assuntos do passado como se aquilo fosse incomodar a gente. Eu imagino se ele fosse para a reeleição, o homem ia ser um trator de esteira.

Prezado amigo Alex, quero lhe dizer que me orgulha muito ter trabalhado à época na Presidência da República, até porque o PMDB foi de fundamental importância durante muito tempo para o partido que V. Ex.^a apoia e agora eu vi de novo o seu candidato a presidente procurando o mesmo partido. Eu não costumo cuspir em prato em que comi. Eu costumo ter coerência e biografia na minha vida pública. Assim eu sempre tratei, eu sempre tive lado, do lado de cá, respeito a oposição e a opinião de todos, mas lado e posição eu sempre tive.

E quero aqui só registrar um fato simbólico para muitos, mas de muita persistência. Vocês se lembram da famigerada reforma da Previdência, vocês falavam de Michel Temer, vocês falavam de Bolsonaro e vocês que se escondem atrás de *outdoors*, de mídias, querendo esculhambar e difamar a todos, vieram aqui encoleirados para este Plenário, vieram aqui encabrestados, muitos até tiveram que cancelar viagem com família para votar na calada da noite, sem nenhuma audiência pública, sem nenhuma transparência, a famigerada reforma da Previdência do governador Rui Costa. Então, isso é coerente! E eu fui o único deputado que estive aqui nesta tribuna para defender, porque sempre tive coerência com a minha biografia de vida pública.

Portanto, meu prezado amigo deputado Alex Lima, tenha certeza de que o que eu faço, eu assumo e faço honrando e sempre cuidando dos interesses daqueles que me elegeram, diferentemente de muitos outros que aqui estão e que, às vezes, por querer ajudar ou servir ao governo do estado, ou interesse partidário ou quem quer que seja muda a sua coerência. Eu não, sempre tive lado, posição, mas tenho certeza, o admiro pela sua posição e pelo lado que você tem hoje. Você já foi do nosso campo, hoje está do lado de lá, tem que ser respeitado.

E fico triste com essa notícia de V. Ex.^a não ir para a reeleição, porque V. Ex.^a é um grande quadro, perde a Casa, perde a Bahia. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois, não, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder da Maioria ou líder do PT, vai usar o tempo de 5 minutos o deputado Rosenberg.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Sr. Presidente, só usei este tempo aqui para dialogar com o deputado Tiago com relação a essa questão dos combustíveis. Primeiro, a política de combustível que hoje vigora no Brasil se inicia a partir do ex-presidente Temer, porque nos governos do PT e no final do governo Dilma a política

de preços de derivados estava vinculada à política nacional de produção de derivados nacionalmente. O que Temer, e depois Bolsonaro, fizeram? Reduziram a produção de derivados no Brasil, tanto que a Refinaria Landulpho Alves, que produzia a 100%, hoje, produz a 50%. Com isso, ele criou uma lógica de importar derivados, nós exportávamos derivados, nós tínhamos tanta gasolina sobrando que vendíamos para todo o mercado da Argentina.

Então, com isso foi necessário fazer a lógica do preço do mercado internacional, essa é uma responsabilidade da política de preço do presidente da Petrobras que, ainda ontem, deu uma declaração dizendo, mesmo Jair Bolsonaro se posicionando, já fazendo uma certa *mea-culpa* com relação aos aumentos de combustíveis, ele disse que não vai alterar e que vai manter a política de combustível como está definida pela Petrobras, ou seja, isso é que está levando uma lucratividade à Petrobras, que transforma isso em dividendo para os acionistas e quem está bancando essa conta é a população brasileira, principalmente a população mais pobre. É essa questão.

O que nós não podemos aceitar é que seja debitado na conta dos governadores, que tenham que reduzir ICMS. É como se eu dissesse o seguinte aqui, não faço nenhuma crítica aos parlamentares à época que se posicionaram de uma forma ou de outra, mas pegando essa questão do IPTU de Salvador. Aumentou o IPTU, então faça o seguinte: reduza o consumo de energia, porque se você reduzir o consumo de energia vai sobrar dinheiro para pagar o IPTU. Ou seja, eu não posso usar esse argumento, eu dizer para os governadores, reduza o percentual de ICMS para conseguir manter a lucratividade da Petrobras que vai dar dinheiro aos seus acionistas, em detrimento do dinheiro que estaria sendo distribuído para a saúde, para educação, para os programas sociais do governo da Bahia ou dos estados brasileiros.

Então, eu queria fazer esclarecimento, eu acho que é um debate instigante, mas nós não podemos aceitar uma política de preços que a Petrobras faz extremamente equivocada do ponto de vista dos interesses do Brasil e da população brasileira, que privilegia a compra de derivados no mercado internacional, gera aumento de dividendos para os seus acionistas, sendo que 68% é privado e 32% é da União. Ou seja, essa é uma política de tirar do pobre para dar para o rico.

É essa a explicação que eu queria dar aqui. Depois, talvez, quem sabe, a gente faça nas comissões um debate, na Comissão de Defesa do Consumidor, alguma coisa desse tipo, e traga aqui as principais autoridades em política de mercado de combustíveis.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

E a gente, quem sabe, poderá sair com uma opinião mais formada sobre esse tema.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Jacó Lula da Silva: Sr. Presidente, um esclarecimento, é possível?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Jacó.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Eu queria fazer um esclarecimento aqui, me permita, Sr. Presidente, sobre João Dourado, que eu acho importante. Eu queria agradecer ao deputado Paulo Câmara pelo reconhecimento do que o PT fez naquela terra através do Dr. Celso. Só que eu queria parabenizar a direção do meu partido, a direção estadual do Partido dos Trabalhadores, que deliberou que, na eleição local, o PT local terá autonomia para decidir o seu destino, e a decisão do PT local é a de ficar junto com Juninho. O PT tem um vice, que é João Romão, e a turma do Dr. Celso está com João Romão. O seu filho, Fernando, está com João Romão. O PT de João Dourado está com Juninho e João Romão. Essa é a chapa.

E eu agradeço muito a deferência do deputado Paulo Câmara em reconhecer aqui, publicamente, que foi o 13 que melhorou a vida do povo daquela terra.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: O.k., vamos... Presidente, por acordo, acho que a gente poderia, se for esse o entendimento do deputado Paulo, fazer aqui os encaminhamentos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

Por acordo das lideranças, houve uma inversão da pauta.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação, o Projeto de Resolução nº 2.963/2021, da Mesa Diretora, que altera a Resolução nº 2.018/2021 na forma que indica.

Para relatar, o deputado Tiago Correia. Deputado Tiago!

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Deputado Paulo, eu posso ler também, se for o caso.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Rosemberg para relatar, por favor.

Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Sr. Presidente, o projeto de lei ora apresentado por V. Ex.^a tem o objetivo de apenas colocar... ampliar o prazo que se expira agora no dia 30 de outubro... desculpe, que expirou no dia 30 de setembro, para que todas as contribuições... Poderá ser até o dia 31 de dezembro de 2021 para os aposentados. Para aqueles que querem requerer o direito de aposentadoria, os servidores desta Casa, e que têm tempo para que possam admitir os incentivos que esta Casa aprovou para os servidores, por uma questão de justiça, o prazo será ampliado até o dia 31 de dezembro de 2021.

Então, Sr. Presidente, esse projeto de resolução está dentro do trâmite da legalidade e da constitucionalidade da Casa. Por isso, opino pela aprovação, uma vez que foi assinado por todos os membros da Mesa Diretora da Casa Legislativa da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em Plenário. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.963/2021, da Mesa Diretora, **em discussão única. (Publicado no DOEL em 29/9/2021)**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O próximo projeto é o Ofício nº 1.884/2017, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, referente ao relatório anual das atividades do exercício financeiro de 2016.

Em votação no Plenário. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o Ofício nº 1.884/2017, procedente do Tribunal de Contas dos Municípios, **em discussão única. (Publicado no DOEL em 27/4/2017)**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O próximo projeto também é do Tribunal de Contas dos Municípios, Ofício nº 1.973/2018, que corresponde ao relatório anual das atividades do exercício financeiro de 2017.

Em votação no Plenário. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado **em discussão única. (Publicado no DOEL em 25/4/2018)**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): É a terceira e última. Srs. Deputados, essas contas se encontravam aqui incrivelmente sem votação nesses anos todos. Então, o presidente do tribunal, conselheiro Plínio Carneiro, esteve conosco, e nós, consultando os líderes de V. Ex.^{as}, votamos na semana anterior três contas e estamos trazendo as três últimas na tarde hoje. Então, a última referente ao Tribunal de Contas dos Municípios é o Ofício nº 2.085/2019, que é o relatório anual das atividades de exercício de 2018.

Os Srs. Deputados que o aprovam, em Plenário, permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado **em discussão única. (Publicado no DOEL em 30/4/2019)**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O próximo projeto... Eu tenho aqui o requerimento...

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Só 1 minuto.

(Lê) *“Exm.º Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.*

Os Líderes dos Blocos da Maioria e Minoria Parlamentar, com assento nesta Casa, vêm na forma regimental, requerer a V. Ex.^a, a dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo o Projeto de Lei nº 24.295/2021, de autoria do Ministério Público do Estado da Bahia, que “Altera o Anexo I da Lei nº. 8.966, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Plano de Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Ministério Público do Estado da Bahia.

Sala das Sessões, de outubro de 2021.

Dep. Rosemberg Lula Pinto

Líder da maioria

Dep. Tiago Correia

Líder da minoria”

Pois não, deputado...

Para relatar... O projeto de lei do Ministério Público é o de nº 24.295/2021, votação em dois turnos, que altera o Anexo I da Lei nº 8.966, como li há pouco, de 22 de dezembro de 2003. Dispõe sobre o plano de carreiras e vencimentos dos servidores do Ministério Público da Bahia.

Para relatar, o deputado Bira Corôa.

Deputada Fabíola, pode ser depois?

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Pode sim, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Bira Corôa.

O Sr. BIRA CORÔA: (Lê): “*Parecer*

Das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 24.295/2021. De autoria do Ministério Público do estado da Bahia, o qual ‘Altera o Anexo I da Lei nº. 8.966, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Plano de Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Ministério Público do Estado da Bahia.’”

Encaminha, para apreciação da Assembleia Legislativa, a Excelentíssima Senhora Procuradora-Geral de Justiça, o projeto que ora venho relatar, propondo alteração no Anexo I da Lei nº 8.966/2003, que dispõe sobre o Plano de Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Ministério Público do Estado da Bahia, destinado a “atender à necessidade de conferir à carreira dos servidores do Parquet a possibilidade de movimentação, pois, atualmente, tal movimentação na carreira dos servidores encontra-se prejudicada em função do “engessamento” do quantitativo de vagas por classe, impedindo assim a evolução natural dos servidores”, conforme registra a exposição de motivos que acompanha a proposição.

O projeto não recebeu emendas. No entanto, venho, na condição de Relator, propor a seguinte alteração:

Emenda de Relator:(...)”

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o projeto de lei transcorreu sem sofrer emendas e visa a alteração de um artigo que é “(...)O art. 2º do Projeto de Lei nº 24.295/2021, passa a ter a seguinte redação:

‘Art. 2º - Esta Lei entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2022’

Justificativa: a presente emenda destina-se a adequar a proposição à programação orçamentária.

Ante o exposto, e considerando que o projeto encontra-se em conformidade às normas constitucionais e legais, e inexistindo óbices à sua aprovação quanto ao mérito, opino pela aprovação com a modificação introduzida pela emenda de Relator.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 05 de outubro de 2021.”

Contudo, Sr. Presidente, não havendo nenhuma inconveniência legal, opino pela sua aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Eu queria dizer aqui que esse projeto foi muito debatido durante tanto tempo. Ontem... na sexta-feira, nós conversamos muito na Casa Civil para que pudéssemos encontrar uma solução para esse caso. Ainda hoje pela manhã eu, V. Ex.^a e também os representantes da Oposição estávamos reunidos, o deputado Luciano Simões, o deputado Tiago Correia, nos reunimos no sentido de buscar uma solução. Conversando com o Ministério Público, nós encontramos uma solução, uma saída, porque o projeto trazia uma limitação no impacto ao projeto de lei federal, que impede que sejam feitos ajustamentos salariais. Então, nós fizemos um acordo, que foi uma proposta, inclusive, minha, para que chegássemos a colocar, aprovar hoje, mas colocando a aplicabilidade para a partir do dia 1º de janeiro de 2022.

O representante do Ministério Público se comprometeu a conversar com os servidores para que a gente pactuasse isso, para ser um projeto que a gente votasse e que tivesse realmente o apreço de todos. Então, eu quero aqui encaminhar para votação favorável e agradecer também o empenho dos colegas da Oposição, que por unanimidade, inclusive, por alteração de pauta, permitiu à gente votar esse projeto hoje aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, como esse projeto do Ministério Público depende de duas votações, convocarei a outra sessão logo após o encerramento desta, 1 minuto após.

Com a palavra o deputado...

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Câmara: A Bancada da Oposição também encaminha para a aprovação.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.

Questão de ordem, deputada Fabíola.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Sr. Presidente, minha questão de ordem é para esclarecer...

O Sr. Paulo Câmara: Está em votação.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: (...) acerca de João Dourado, onde, concordando com o deputado Paulo Câmara, nós tivemos no domingo uma vibrante convenção para homologar as candidaturas de Di Cardoso e de Kel do Riacho, que têm... E eu quero saudar a unidade democrática dos partidos que compõem a Base do Governo estadual, a Base do Governo Rui Costa, lá apoiando o PSB, que é o nosso partido, Partido Socialista Brasileiro, o PCdoB e também alguns militantes do PT, inclusos aí, deputado Paulo Câmara, a viúva do ex-prefeito Celso. Fui testemunha da última vez que pisou em João Dourado, acompanhei como médica no último, no seu último comício, no qual ele dizia da confiança que tinha em Di Cardoso, o lado certo da história, o lado de Dr. Celso, o grupo da continuidade desse governo tão progressista, um governo que teve Dr. Celso, do PT, um governo que teve apoio do governador Rui Costa, um governo que terá, sim, o time de Wagner.

Mas a gente também tem que respeitar a pluralidade, a pluralidade em João Dourado, dos partidos que compõem o apoio às candidaturas de Di e de Kel porque reconhecem que o progresso, a transformação da cidade, tenho certeza, vão ser feitas com essas candidaturas.

Eu só quis falar dessa unidade democrática, Sr. Presidente, porque é bom. Lá, nessa convenção da qual eu estava partícipe, tinham muitos militantes, militantes do PT, militantes dos partidos de esquerda, deputado Bira Corôa sabe disso. Nós entendemos, respeitamos a decisão da municipal, a decisão da estadual, mas é importante que se diga: as pessoas estão do lado em que está o grupo de Dr. Celso, onde está a viúva, onde está, inclusive, Negão de Dego, presidente da Câmara Municipal de João Dourado e atual vereador do PT.

Então, era só esse esclarecimento que eu queria fazer, Sr. Presidente, uma vez que fui testemunha porque estava lá há 1 ano, estou, e o PSB e o PCdoB, partidos da base do governo estadual, compõem e apoiam essa chapa.

Obrigada pela deferência, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Quero saber quem é que vai ter os votos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, após a votação... após a votação eu queria pedir uma questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, Srs. Deputados. O pau está comendo!

Então, Srs. Deputados, em votação o Projeto de Lei nº 24.295/2021, procedente do Ministério Público, no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em Plenário, em primeiro turno. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram... (Pausa)

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 24.295/2021

Altera o Anexo I da Lei nº. 8.966, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Plano de Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Ministério Público do Estado da Bahia.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º O Anexo I, da Lei nº 8.966, de 22 de dezembro de 2003, passar a ser o constante do Anexo Único dessa Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2022.

Sala das Sessões, 05 de outubro de 2021.

Deputado Bira Corôa
Relator

ANEXO ÚNICO

ASSISTENTE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, MOTORISTA E ANALISTA TÉCNICO QUANTITATIVO DE CARGOS

Classe	Assistente Técnico-Administrativo	Motorista	Analista Técnico
I	244	19	151
II	111	28	115
III	220	14	32
IV	202	34	35
V	202	23	27
Total	979	118	360

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, registre a abstenção do PSOL, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não ouvi, deputado.

O Sr. Hilton Coelho: Registrar a abstenção do PSOL. Abstenção!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ah! Pois não, deputado. Desculpe-me, é que eu fiquei aqui preocupado com João Dourado, me perdi um pouco.

Com abstenção, o voto do deputado Hilton Coelho.

Questão de ordem do deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, a minha questão de ordem é porque eu iniciei hoje aqui, fui o primeiro a falar no espírito de não trazermos para esta Casa os debates das disputas municipais. Nós fizemos um acordo aqui, lembro-me, na época, com o deputado Elmar Nascimento, no qual havia o entendimento de não trazermos essas querelas para a Casa Legislativa porque isso não ajudaria no dia a dia aqui. E eu hoje iniciei exatamente trazendo esse tema para que a gente evitasse isso.

Nós tivemos aqui, recentemente, uma discussão sobre Simões Filho. E acho que não foram bacanas os momentos – de lado a lado – de disputas sobre aquela localidade. Então, eu queria fazer um apelo e queria que V. Ex.^a... É lógico que não é fácil. Nós não podemos tomar uma posição de impedir que qualquer tema seja colocado nesta Casa, mas acho que a gente deveria fazer um esforço no sentido, deputado Paulo Câmara, de evitar que a gente trouxesse essas querelas locais para cá, para a Casa.

De repente, eu acho que nas reuniões, na reunião da Mesa Diretora da Casa, que está composta com todas as colorações partidárias aqui dentro, que V. Ex.^a pautasse isso para a gente tentar construir esse caminho. Porque eu acho que, senão, em um processo de disputa eleitoral, nós vamos transformar isso aqui muito mais em uma arena de guerra do que, efetivamente, numa casa para discutir os projetos de interesse da Casa Legislativa. É nesse sentido.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Rosemberg.

Temos aqui o Projeto de Lei nº 24.179/2021, de procedência do Poder Executivo, que é a LDO que (Lê) *“Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2022 e dá outras providências.”*

Para relatar, deputado Zé Raimundo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: Sr. Presidente, colegas, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, trata-se do parecer das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças; Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 24.179/2021, de autoria do Poder Executivo, o qual (Lê) *“Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2022 e dá outras providências.”*

Como já é do conhecimento de todos os parlamentares, este projeto de lei tramita na Casa já há alguns meses e tem sido objeto de estudos, de reflexões, de debates, entre todas as bancadas, entre todos os deputados. Trata-se, nobre presidente, de um projeto que, evidentemente, está lastreado no PPA anterior e vai assentar as diretrizes para a lei seguinte, que é a Lei Orçamentária Anual.

Eu vou tentar ser breve, porque, digamos, se eu for detalhar todas as passagens, todos os detalhes, todos os elementos, nós levaríamos aqui – eu não tenho nenhum problema – umas duas horas, mas eu vou tentar fazer um resumo de 1h30min, de 1h40min.

Dito isso, Sr. Presidente, lembro que, no primeiro parágrafo, eu tenho o processo de encaminhamento. É um projeto de lei que foi encaminhado pelo governador. Ele veio à Assembleia, veio à Presidência e, naturalmente, foi encaminhado às comissões.

Nas linhas gerais, a proposição aponta (Lê) “...as prioridades e regras para a alocação dos recursos, limitação de empenhos e movimentação financeira, e completa as disposições sobre as transferências voluntárias aos municípios e a destinação de recursos públicos a entidades privadas.”

Este projeto de lei, como todos sabem, tem o Anexo I. Nesse Anexo I, é muito importante que todos acompanhem a leitura. Ele trata das (Lê) “*Prioridades da Administração Pública estadual, cujas ações para 2022 terão precedência na alocação de recursos e na execução, ressalvado disposto no art. 25 – transferências e aplicações vinculadas previstas em dispositivos constitucionais e legais, pessoal e encargos sociais, juros, encargos e amortizações da dívida pública, débitos transitados em julgado constantes de precatórios judiciais, contrapartidas previstas em contratos de empréstimos externos e internos, convênios ou outros instrumentos similares, etc;*”

Já o Anexo II contém as (Lê) “*Metas Fiscais, que abrange metas anuais 2022 - 2024*” – e, além disso – “*, receitas, despesas, resultados primário e nominal, nível de endividamento e evolução do patrimônio líquido, avaliação da situação financeira e atuarial, além de outros parâmetros fiscais;*”.

E, por fim, traz ainda o Anexo III: (Lê) “*– Anexo de Riscos Fiscais, compreendendo os passivos contingentes e outros riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas do Estado.*”

Cabe registrar, em conformidade com a mensagem do Sr. Governador, (Lê) “*Foi elaborado em um ambiente*” – essa LDO foi elaborada em um ambiente – “*em que foi reconhecida a ocorrência de calamidade pública no Estado através do Decreto Legislativo nº 2.453, de 18 de janeiro de 2021, e, em que, posteriormente, foi declarado Estado de Calamidade Pública em todo o território baiano por meio do Decreto nº 20.370, de 05 de abril de 2021, em decorrência da pandemia do novo coronavírus, a Covid-19, e ainda que a pandemia ‘continua impondo uma série de desafios ao todo mundo’, e, nesse contexto, as incertezas geram grande instabilidade no cenário mundial e afetam sobremaneira a dinâmica econômica, enquanto ‘no Brasil, o lento processo de vacinação – em decorrência da baixa disponibilidade de novas doses de imunizantes e de insumos para a produção interna – e a dificuldade na manutenção do isolamento social, além de outras medidas sanitárias’.*”

Tudo isso tem acarretado uma dificuldade na recuperação econômica. Portanto, além do cenário estrutural, nós temos essa situação conjuntural da pandemia que afetou a dinâmica econômica de todos os entes públicos, e não poderia ser diferente em relação ao estado da Bahia.

Aqui, Sr. Presidente, vem uma análise do cenário brasileiro dos últimos 3 anos. Eu vou, de certa maneira, fazer só uma referência, porque essas informações estão em todos os órgãos de imprensa, mostrando a recessão de 2015 a 2016, esse cenário em 2020. Toda essa questão que impactou na queda do PIB. Então, tudo isso aqui vem lastreando, vem informando, vem fundamentando a nossa peça legal.

Em seguida, vem uma observação de que todos esses componentes que influenciaram na demanda agregada acabaram registrando uma despesa do governo de zero, ou melhor, queda de 4,7%. Caiu! A despesa do governo caiu e, também, (Lê) “os investimentos (-0,8%), “as exportações (-1,8%), as importações (-10,0%) e o consumo das famílias (-5,5%)”. É o cenário da crise que afetou a dinâmica econômica e, portanto, todo o processo de receita e de gastos públicos.

Com referência ao estado da Bahia, esses dados também estão aqui levantados pela Seplan. Também esses dados são já do conhecimento público, a Seplan os tem divulgado. Houve naturalmente uma queda de 3,4%, em 2020, em relação a 2019. Depois vêm todos os dados da indústria e do comércio, de como esse PIB foi afetado.

O setor de serviços foi também afetado pela Covid-19, caiu 6,4%; transporte menos 7,2%, enfim... Ou melhor, o comércio menos 7,2% e o transporte menos 6,1%. Enfim, uma situação muito difícil, ressaltando somente o setor imobiliário, que teve um pequeno aumento de 0,5%.

É muito importante que esses dados sejam lidos com preocupação em termos de orçamento e finanças. E, então, vem uma constatação de que, evidentemente, em 2021, houve uma retomada, uma breve retomada. Temos a possibilidade de chegarmos a um crescimento de 1,8%, 1,9%, agora em 2021. Ainda, evidentemente, na expectativa de que se mantenham, sobretudo, as atividades de serviços e comércio, para que isso possa chegar ao final do ano como mais um alento na economia.

Já para 2022, que nos interessa diretamente em relação ao orçamento, há uma previsão de alta de 2,6% do PIB no Brasil. Ainda há dúvidas sobre isso, sobretudo depois dessa história do Guedes. Essa onda que explodiu no Brasil, o dólar voltou a subir, é uma desconfiança generalizada, mas a expectativa é de que em 2022 se retome o crescimento, expectativa de 6,6% na taxa Selic. E de que também a Bahia possa voltar a crescer em um certo patamar de 2,6%, 3,5%, entre 2,6% e 3,5%. Há um cenário melhor, portanto, em relação aos anos anteriores.

Traz ainda, Sr. Presidente, a mensagem, os setores mais dinâmicos da nossa economia. A agropecuária, traz toda uma possibilidade de crescimento da economia; o setor industrial também, infelizmente, muito atingido pela privatização da Landulpho Alves; o setor de serviços, que é o carro chefe da economia, o setor de serviços corresponde a 70% do PIB do estado da Bahia; e ele vem sofrendo com muito desemprego.

Ainda há algumas considerações aqui para as quais eu gostaria de chamar a atenção: (Lê) “a recuperação da confiança pelos agentes econômicos e a continuidade de investimentos públicos são determinantes para o desenvolvimento da economia baiana. Nesse contexto, os investimentos públicos, privados ou a partir de Parcerias

Público-Privadas - PPP, ou mesmo as concessões públicas são imprescindíveis para a manutenção e alavancagem dos projetos de mobilidade urbana, infraestrutura de logística, energia, comunicação e construção civil. Esses setores são capazes de dinamizar a economia baiana e criar um ambiente promissor para a atração de novos empreendimentos e consolidação das atividades já existentes, com aumento da competitividade e ganhos de produtividade da economia”, esperando-se que um cenário mais promissor em 2022 promova a retomada da atividade econômica e gere oportunidades para o desenvolvimento do Estado da Bahia.” Assim, é neste cenário que, em 2022, prevê-se alta de 2,3% para o Brasil, também a Bahia vai nessa perspectiva. (Lê) “Ao longo dos anos, faz-se necessário ressaltar, o desenvolvimento almejado pelo Estado Bahia não se resume apenas ao crescimento econômico, mas visa, sobretudo, a melhoria dos indicadores sociais nas áreas da educação, da saúde, da segurança e do emprego.”

Por fim, ainda temos aqui uma reflexão do nosso “mensagista”, do nosso autor do projeto, que diz que: (Lê) “(...) cabe referência às medidas de isolamento social adotadas pelo Governo do Estado desde o início da pandemia, reduzindo os efeitos da crise sanitária e preservando a vida da população, bem como evitando o colapso do sistema estadual de saúde, mas gerando uma maior demanda por políticas públicas para amenizar os efeitos da crise...”

E, Sr. Presidente, para, digamos, entrarmos já nas considerações finais básicas, porque eu sei que todos os nossos colegas deputados leram esse projeto, temos aí uma estimativa orçamentária – todos já sabem dessa estrutura do orçamento. Não é? – E, portanto, ela compõe todos os poderes: o Poder Legislativo, o Poder Executivo, o Poder Judiciário, o TCE, os tribunais de contas, que são um conjunto, além, evidentemente, da parte previdenciária, que compõe o orçamento, e a previsão de receitas e de gastos, de investimentos.

Aqui traz detalhadamente cada poder, o Ministério Público, os objetivos, também a Assembleia Legislativa, o TCE, o TCM. Enfim, todos os poderes têm aqui os seus horizontes delineados pela LDO. Lembramos, portanto, que esta peça vai nos orientar para a elaboração do Orçamento que haveremos de aprovar, Sr. Presidente, logo, logo adiante.

Também aqui ele chama a atenção... a mensagem do governador, o governador chama a atenção para o orçamento da seguridade social, considerando aí todas essas implicações do déficit público em relação ao orçamento da Previdência.

Enfim, para afunilarmos, a previsão de receita total é da ordem de 50 bilhões e 700 milhões em valor corrente, valor atualizado. E estima uma receita, portanto, de 50 bilhões e uma despesa, evidentemente, equivalente a esse montante de previsão para a arrecadação.

Segue aqui, Sr. Presidente, uma tabela detalhando todos esses índices que eu vou pedir licença a V. Ex.^{as} para não ler. Se algum colega deputado exigir, não tem problema nenhum, eu leio aqui detalhadamente.

O Sr. Paulo Câmara: Sim!

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: V. Ex.^a faz questão de que eu leia, deputado?

O Sr. Paulo Câmara: É sempre um prazer ouvir V. Ex.^a, professor.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: Se V. Ex.^a quiser, eu posso ler as tabelas, ouviu?

Então, vamos aqui. A despesa corrente é de 50 bilhões. Aí, tem a receita primária: 46 bilhões. E por aí vai.

Mas, Sr. Presidente, para alertá-los, eu queria chamar a atenção para que, mesmo com essa crise, a Bahia continuou com importantes projetos sociais e de desenvolvimento regional. São várias as obras, são várias as ações que o governo desenvolveu, mesmo com essa crise.

E, para concluir, Sr. Presidente, para finalizar aqui o nosso relatório... Eu sei que o deputado Paulo Câmara, na verdade, não queria que eu lesse a tabela, mas só fazer uma alusão para ver se realmente a tabela constava aqui. E consta, não é?

Tem aqui os dados com relação à orientação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ou seja, todos os parâmetros orçamentários estão dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal, naturalmente que com a atualização das normativas que foram previstas em função da pandemia. As transferências, os percentuais, créditos, receita de capital, enfim todas as métricas orçamentárias...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) estão contidas nessa lei, Sr. Presidente.

Por isso, eu gostaria de concluir dizendo que, desses 50 bilhões, 48% são para o Poder Executivo; Legislativo, 3,4%; Judiciário, 6,0%; Ministério Público, 2,0%.

Sr. Presidente, é isso que consta aqui...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) em nosso relatório. E, naturalmente, Sr. Presidente, o nosso parecer é pela aprovação.

Mas eu queria, agora, de fato, para concluir o nosso relatório, trazer as pequenas mudanças que, do ponto de vista da redação, do ponto de vista da leitura, são necessárias para que as pequenas correções sejam feitas, Sr. Presidente. Por isso, eu trago aqui as emendas de relator, que são pequenas modificações.

(Lê) *“Acrescente-se o parágrafo único ao art. 69 do Projeto de Lei nº 24.179/2021, com a seguinte redação:*

“Art. 69 -

Parágrafo único - A realização das transferências de recursos e a assinatura de convênio ou instrumento congêneres destinados à saúde pública e à educação não dependerão da situação de adimplência do Município, na vigência de Decreto Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia - ALBA, que tenha reconhecido a ocorrência de Estado de Calamidade...”

Ou seja, essa emenda é para garantir a transferência de recursos para os municípios mesmo que eles não estejam de acordo com a adimplência. Mesmo devendo ao Estado, tendo problemas burocráticos, ele pode receber recursos.

(Lê) “*Emenda de Relator n° 02*”

Acrescente-se, ao art. 33 do Projeto de Lei n° 24.179/2021, o § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º, na forma seguinte:

Art. 33 - Para a formação das cotas orçamentárias do Poder Legislativo - compreendendo a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Contas do Estado e o Tribunal de Contas dos Municípios, do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Estado, será considerado o conjunto das dotações com recursos ordinários do Tesouro Estadual, fixadas na Lei n° 14.291, de 18 de janeiro de 2021 - LOA/2021, corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, esperado para 2022, divulgado no Focus Relatório de Mercado do Banco Central no dia 26 de março de 2021.

§ 1º - Os valores das cotas orçamentárias de que trata o caput deste artigo serão informados pela SEPLAN aos respectivos órgãos até 22 de julho de 2021.

§ 2º - Poderão ser acrescidos ao valor da cota orçamentária de que trata o caput deste artigo os recursos comprovadamente necessários ao atendimento de despesas decorrentes de eventos supervenientes, condicionados à disponibilidade de Recursos Ordinários do Tesouro Estadual.

Emenda de Relator n° 03

Exclui-se, do Anexo I - Prioridades da Administração Pública Estadual, do Projeto de Lei n° 24.179/2021, a iniciativa ‘Distribuir vale alimentação para os estudantes da rede estadual de ensino’ da meta ‘Prover os estudantes da rede estadual de ensino com alimentação de qualidade’ do compromisso ‘Promover o acesso e a permanência dos estudantes no sistema público e estadual de ensino, considerando as especificidades da educação contextualizada e inclusiva’ do programa ‘Educação constante da prioridade ‘Acesso e Permanência dos Estudantes no Sistema Público...’

Isso aqui, Sr. Presidente, é para... Como as aulas vão retornar presenciais, então, deixa-se de dar esse auxílio merenda, auxílio-alimentação. Porque agora os alunos estarão dentro da sala de aula e não mais fora da sala de aula, como ocorreu este ano.

(Lê) “*Emenda de Relator n° 04*”

Altere-se, no Anexo I - Prioridades da Administração Pública Estadual, do Projeto de Lei n° 24.179/2021, o nome da prioridade de ‘Prevenção aos Desastres Ambientais e Sanitários, com Foco na Contenção de Encostas’ para ‘Prevenção aos Desastres Ambientais e Sanitários’”.

É só correção, questão de redação, Sr. Presidente.

A Emenda n° 5 também é correção da iniciativa. É só para poder mudar a redação.

A Emenda n° 6:

(Lê) “*Exclui-se, do Anexo I - Prioridades da Administração Pública Estadual, do Projeto de Lei n° 24.179/2021, a iniciativa ‘Implantar o Sistema de Gestão de Pessoas - Projeto Populus’ constante da prioridade ‘Desenvolvimento da Governança Corporativa...’*

Emenda de Relator nº 07

Acrescente-se, ao Anexo I - Prioridades da Administração Pública Estadual, do Projeto de Lei nº 24.179/2021, a meta 'Expandir a infraestrutura nos diversos modais de transporte' e a iniciativa 'Construir terminais de transportes' na prioridade 'Infraestrutura para o Desenvolvimento na Região Metropolitana de Salvador - RMS...', no programa "Infraestrutura" e no compromisso 'Promover a melhoria...'

Emenda de Relator nº 08

Acrescente-se, ao Anexo I - Prioridades da Administração Pública Estadual, do Projeto de Lei nº 24.179/2021, a iniciativa 'Implantar rodovias', na prioridade 'Infraestrutura para o Desenvolvimento na Região Metropolitana de Salvador - RMS', no programa 'Infraestrutura', no compromisso 'Promover a melhoria no sistema de transporte e logística...'

Emenda de Relator nº 09"

Para concluirmos, praticamente, o nosso relatório.

(Lê) *"Acrescente-se, ao Anexo I - Prioridades da Administração Pública Estadual, do Projeto de Lei nº 24.179/2021, a meta 'Realizar intervenções na malha rodoviária' e as iniciativas 'Recuperar Rodovias' e 'Restaurar rodovias...'*

Essa aqui é uma prioridade que interessa a todos nós que reivindicamos e queremos melhores estradas para o desenvolvimento.

E a última emenda de relator, Sr. Presidente.

(Lê) *"Altere-se, no Anexo I - Prioridades da Administração Pública Estadual, do Projeto de Lei nº 24.179/2021, a denominação da prioridade de 'Infraestrutura para o Desenvolvimento na Região Metropolitana de Salvador - RMS' para 'Infraestrutura para o Desenvolvimento'.*

Portanto, Sr. Presidente, aqui estão as linhas gerais, os dados macros.

Por certo, cada deputado, cada deputada irá se debruçar para que possamos ter uma LDO extremamente consistente.

Este é o nosso parecer, Sr. Presidente. Por isso, somos favoráveis à aprovação desta peça orçamentária.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Soldado Prisco: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem, deputado Soldado Prisco.

O Sr. Soldado Prisco: Quero pedir vista, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, será concedida a questão de ordem.

O próximo projeto, Srs. Deputados, é polêmico, é o 24.286, de autoria do deputado Fabrício. Como houve acordo, eu vou conceder novamente vista.

Como eu convoquei uma sessão para imediatamente após o término desta, declaro encerrada esta sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.